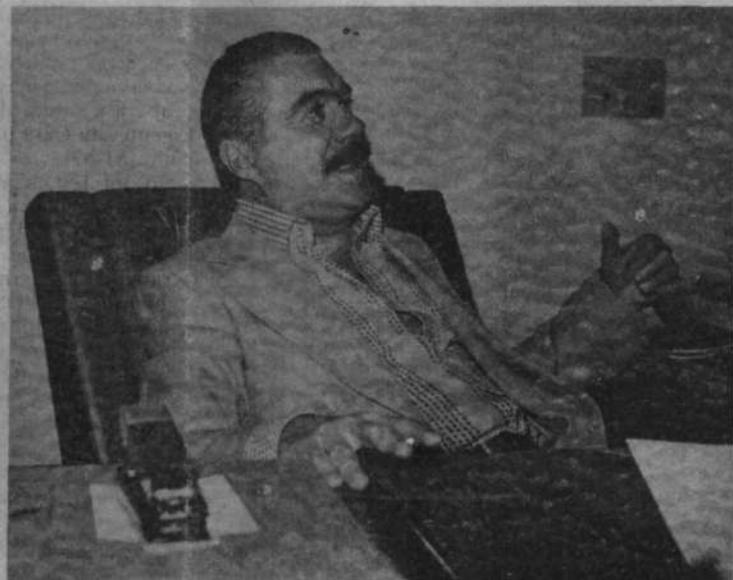




Passarinho



Sarney propõe comissão de alto nível



Pinto acha Ackel muito enrolado



Cunha discorda de Lula

Sarney quer juristas em Comissão

Ao esquivar-se ontem de comentar a proposta do deputado Ulysses Guimarães de uma Constituinte com Figueiredo, o presidente do PDS, senador José Sarney, sugeriu a criação de uma comissão com representantes de todos os partidos e juristas renomados para realizar um trabalho prévio, adaptando o texto constitucional às realidades criadas pela abertura política.

Entende Sarney que se deve aproveitar a experiência vivida com a comissão interpartidária que elaborou o texto da Emenda Flávio Marçilo, acrescentando alguns juristas, para formular o projeto que o Governo enviaria ao Congresso Nacional. Acrescentou que a nova ordem constitucional poderia vir de um Ato Adicional do Poder Legislativo, instrumento a que já se recorreu em algumas oportunidades, como no primeiro Império, quando o Parlamento legitimou a Carta da Constituição outorgada por Dom Pedro I, em 1824.

Temos um Governo, temos ordem, temos instituições, o Congresso foi eleito pelo povo e está na plenitude de seus poderes constitucionais. Podemos realizar uma

obra de edificação histórica, dentro do programa de abertura que o Presidente Figueiredo vem executando com habilidade e determinação — afirmou Sarney, sugerindo também que essa reforma constitucional se dê em meados de 1982, antes das eleições de novembro, quando o Governo terá tido a oportunidade de avaliar os resultados do projeto de abertura política.

ELEIÇÃO

O presidente do PDS voltou a afirmar que o seu Partido assumirá a responsabilidade de garantir a aprovação da proposta de emenda constitucional que prorroga os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores até 1982, suprimindo, assim, o pleito municipal previsto para 15 de novembro deste ano.

Justificou a supressão dessa consulta popular como indispensável para que se ofereça tempo e condições para que os Partidos em organização possam se consolidar. O adiamento da eleição municipal faz-se, assim, para José Sarney, "em nome da consolidação do projeto de abertura democrática".

— Como eu já disse inúmeras

vezes - afirmou - não pode se implantar estruturas democráticas sólidas sem Partidos políticos. E esses Partidos não poderão se consolidar perturbados pelo calendário eleitoral deste ano. O nosso Partido vai arcar com a sua responsabilidade.

PASSARINHO

O líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, declarou ontem que a única forma razoável para a convocação de uma Constituinte seria que se aproveitasse o Congresso atual e, mesmo assim, se ela funcionasse paralelamente ao Legislativo, "mas desde que fosse com o Presidente Figueiredo".

Passarinho garantiu também que a respeito deste assunto nada há em curso da parte do Governo, "enquanto nas Oposições falta unidade de pensamento". Em tom sarcástico criticou o Partido dos Trabalhadores, cuja liderança deseja "a Constituinte sem o Presidente João Figueiredo".

No seu entender, essa posição ensinaria, também, a cassação em bloco de mandatos dos atuais deputados e senadores, desrespeitando direitos e criando problemas de toda ordem.

Novo pacto, para o PP, é dar poderes a novo Congresso

A solução preconizada pelos dirigentes do Partido Popular, no sentido de se estabelecer um novo pacto social, é a da delegação de poderes constituintes ao Congresso Nacional a ser eleito em 1982, com a sua renovação total, eliminando-se, assim, a figura do senador indireto; por não representar a opinião pública, uma vez que foram escolhidos por um processo considerado espúrio.

Primeiro partido a incluir no seu programa a convocação de Assembleia Nacional Constituinte "que, pela vontade expressa do povo, estabeleça as bases do regime democrático a vigorar no País", seus integrantes refluíram para a delegação de poderes constituintes ao futuro congresso, por entenderem que, de outro modo, representaria um novo golpe de estado.

Isto porque, segundo a opinião do senador Mendes Canales (MS), um dos integrantes da Comissão Nacional Provisória do PP, a Teoria do Direito Constitucional nos ensina duas modalidades de poder constituinte originário:

— A primeira — explicou — seria a convocação da Constituinte através de uma manifestação política capaz de gerar nova Constituição, em desacordo com a situação vigente. A segunda, através do Presidente da República, o que não deixaria de ser um golpe.

Embora reconhecendo que estamos vivendo uma crise eco-

nômica, com uma inflação superior a 100%, Mendes Canales não entende que ela chegue ao ponto de provocar um impasse capaz de produzir uma revolta social ao ponto de levar o povo a exigir uma Assembleia Constituinte. Considera, porém, que este seria o poder originário democrático.

Depois de observar que o poder originário monocrático — a convocação da Constituinte pelo Presidente da República —, não seria o ideal, Canales acentuou que a delegação de poderes constituinte ao Congresso Nacional a ser eleito em 82 é o caminho mais fácil e o mais curto. "Aliás — disse — este é o caminho que vem sendo usado nos Estados Unidos e que tem ensejado a reforma de diversas Constituições estaduais daquele país".

SAÍDA

Da mesma forma pensa o deputado Bonifácio José de Andrade (PDS-MG), ressaltando que falava como jurista e não como vice-líder do Governo na Câmara. Disse que a única forma de elaborar uma reforma constitucional por processo democrático é se inspirar, como lembrou Canales, na lição americana, fazendo com que o povo autorize a reforma constitucional através de eleição.

O deputado mineiro acha também que a única saída, no momento, seria o povo, em eleição, delegar poderes ao Congresso Nacional — no pleito de 82 — para realizar a obra de ampla reforma constitucional. Neste caso, não estaríamos inovando, mas inspirando-nos nas lições da forte e duradoura democracia norte-americana.

Bonifácio concorda com a exposição do senador Mendes Canales, segundo a qual só existem duas formas conhecidas pelos juristas para a realização de uma outra constituinte — uma, a democrática, que consiste na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, através do voto direto, secreto e universal; a outra, monocrática, por ato do Presidente da República transformando o Congresso em Constituinte, "o que não deixa de ser um golpe de Estado".

Em face disso, o vice-líder do governo na Câmara acredita que a saída política viável seria realizar uma consulta popular em que o povo delegaria poderes ao Congresso para realizar a obra constituinte. Mesmo porque a Assembleia Constituinte "só ocorre quando há uma ruptura do poder, quando uma situação nova se cria contra a antiga".

— Nesse caso, a Constituinte seria obra contra-revolucionária e isso está claro que a Revolução não aceita — disse.

Governo complica para enganar povo

O deputado Chico Pinto, um dos coordenadores da "tendência popular" do PMDB, encontrou, ontem, uma explicação para o gosto que o ministro da Justiça tem pelo uso de palavras de difícil compreensão: "Abi - Ackel se inspira em tática já utilizada no Império pelos ocupantes dessa Pasta, para enganar o povo", como, a seu ver, está ocorrendo em relação à idéia da Constituinte.

Houve uma fase na "finsita" vida imperial e republicana, em que era condição indispensável para alguém alçar os "píncaros" do Ministério da Justiça utilizar - se de uma linguagem empolada, inteiramente insensível ao resto dos mortais. Quem não entendia o latínório e as expressões ocas proclamava convicto: este ministro é um gênio. Assim enganava - se o povo sem se dizer nada ou fazer nada - disse Chico Pinto.

Usando expressões comuns à linguagem do ministro, prosseguiu Francisco Pinto: "O Dr. Abi - Ackel há de perdoar os meus 'dislates', mas dentro do aparelho do Estado a que serve, existem várias autoridades convertendo - se à tese da convocação de uma Constituinte, como a única saída para legitimar o poder, para ordenar a vida jurídica do país e emprestar credibilidade ao governo que vier a ser constituído".

Quem assistiu à entrevista do erudito ministro pela TV, percebeu que sua aparente tranquilidade revelava insegurança no que dizia. Se para ele seria "serodia" a convocação de uma Constituinte, que somente se justifica quando um governo é derruado, esquece - se que, derrubado o governo Washington Luís em 1930, a Constituinte só foi convocada quatro anos depois, em 1934.

Como não houve convocação de uma Constituinte em 1964, quando se derrubou o governo João Goulart e, "obedecendo à lenta e gradual atuação dos golpistas" - acentua o deputado, "justifica - se a convocação da Constituinte 16 anos depois".

A Revolução de 1930, obviamente, foi mais apressada. A não ser que o ministro da Justiça esteja pregando a luta armada, para que este governo seja derrubado e só após isto se faça uma Constituinte realmente popular e soberana.

O vice - líder do PMDB na Câmara, Mareonides Gadelha, viu a última manifestação de Abi - Ackel sobre a Constituinte como "a negação mais cabal dos propósitos liberalizantes do governo".

A partir do momento em que se diz que a Constituinte é um mecanismo perigoso, que pode levar o país a um retrocesso, considero que já estamos nele. A Constituinte é, ao contrário, um mecanismo de paz e concórdia e a única saída legítima para a crise que atravessamos. Não se pode formular qualquer solução eficaz sem a participação do povo. Ela seria a válvula de escape para a crise e é inevitável sob pena de convulsão social grave.

"MINISTÉRIO DA POLÍCIA"

Para o deputado gaúcho Waldir Walter, a Pasta ocupada por Abi - Ackel passou, de 1964 para cá, a ser "Ministério da Polícia, e não da Justiça", e deste modo todos os seus titulares "são homens profundamente comprometidos com o regime, e não com o povo". Diante disso, entende que o ideal para eles é uma "anticonstituição outorgada por três ministros militares e reformada pelo general Geisel, como pacote de abril".

Estranho seria se o Sr. Abi - Ackel se manifestasse a favor da Constituinte. Essa é uma tese profundamente democrática e exatamente por isso encontra resistência total por parte dos integrantes do regime ditatorial. A convocação da Constituinte não depende da vontade dos defensores do regime e sim da força que o povo brasileiro for capaz de imprimir em torno dessa idéia - observou Waldir Walter.

Cunha acha assunto sério e necessário

Contrariando pensamento de Luiz Inácio da Silva, Lula, o deputado João Cunha (PT-SP) afirmou que o importante, neste momento da vida nacional, é a convocação de uma Constituinte e não ficar nessa "discussão bizantina" sobre o tema, pois "o Pacto Social de 64 está vencido".

— As novas condições da Nação, dentre as quais emerge gritante o problema social, não cabem no arcabouço constitucional, jurídico e político montado pelo movimento de 64, nem pelas modificações institucionais posteriores - salientou o representante do PT.

Para João Cunha "impõe-se um novo Pacto Social, que somente pode nascer de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e independente, onde a Nação toda possa, por seus representantes, sentar-se à mesa das negociações".

Depois de lembrar que as grandes questões sociais estão em causa nos dias que correm, pois o próprio tipo de desenvolvimento neo-capitalista, dependente internacionalmente, gerou relações sociais e econômicas que exigem relacionamentos diversos dos que estão traçados pelas Constituições vigentes nestes anos, o parlamentar observou que a questão da Constituinte não pode ser posta em condicionantes personalistas.

A questão hoje está em que se poderia ou não caminhar-se para uma Constituinte com Figueiredo. Penso que o problema não está apenas em Figueiredo, porque se esse abrisse mão de todo instrumental repressivo existente na Carta, convocando seriamente a Nação, não haveria como abrir-se mão dessa possibilidade - argumentou o deputado.

Para João Cunha "Lula coloca o problema sob ponto de vista mais agudo, entendendo que hoje as classes trabalhadoras não estariam preparadas para, organizadamente, definirem-se numa Constituinte".

Penso - ajuntou - que nessa discussão bizantina o que importa é ter a Constituinte efetivamente e já, desde que pudesse expressar a média da vontade nacional, abrindo espaços mais amplos e seguros para que a Nação operaria se organizasse definitivamente. Queiramos ou não, na História só há dois plebiscitos: o das armas e o do voto. Pelo voto, neste momento, tentamos dar alguns passos no caminho da Democracia real, essencial e desadjetivada.

ALCANCE MAIOR

O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), embora reconheça que a Constituinte é, hoje, um anseio nacional, sem o condão, contudo, de resolver todos os problemas sócio-econômicos brasileiros, opinou que uma "Constituinte talvez consiga atingir pontos que a própria anistia não alcançou, dentre eles uma interação Governo-povo, imprescindível ao exercício democrático e à efetiva paz nacional".

Quanto à iniciativa da medida, observou o presidente da Comissão Mista do Congresso das Prerrogativas do Legislativo que isso não é o fundamental, mas sim a urgência em fazê-la "e o espírito de liberdade e respeito ético e moral, que deve reinar na convocação e durante os trabalhos constituintes".

Disse Pimenta da Veiga que a pretendida substituição da Constituinte por reformas graduais produzidas pelo atual Congresso, como defende o ministro Abi-Ackel, "é inaceitável não só pela falta de representatividade da atual composição do Senado e da Câmara - presença de "biônicos" e ausência de alguns dos que foram anistiados após 1978 - como também porque é imprescindível a ocorrência do impacto da convocação da Constituinte pelo que isto simboliza".

Sugeriu o parlamentar que "o Governo precisa se convencer, rapidamente, que a aceitação da idéia de convocação da Assembleia Nacional Constituinte é hoje muito mais uma solução positiva para os problemas que o Governo enfrenta do que, simplesmente, o acatamento a uma tese opositorista".

Neste cipoal de leis casuísticas e comportamentos ácticos dos últimos 16 anos só mesmo na Constituinte para achar o princípio das coisas - afirmou o deputado Pimenta da Veiga, concluindo, porém, com a advertência de que a medida não vai acabar com todos os males brasileiros, tais como inflação, dívida externa, distribuição de rendas, questão energética.

Ler é a melhor opção